



**Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Educação
Seção de Compras e Serviços Americana**

DESPACHO

Nº do Processo: 015.00569204/2026-30

Interessado: DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE AMERICANA

Assunto: Dieta especial

Trata-se de aquisição de material de consumo compreendendo gêneros alimentícios para dieta especial, com fulcro no Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O valor total da contratação está estimado em **R\$ 28.246,32 (vinte e oito mil, duzentos e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos)**, conforme Planilha de Pesquisa de Preços, doc. 0120051808, 0120052911, 0120054380 e 0120057032, que deverá onerar o Programa de Trabalho 12368081561720000, Elemento de Despesa 339030 e Fonte de Recursos 155050001.

À vista dos procedimentos necessários em cumprimento à legislação vigente:

1. AUTORIZAÇÃO

Considerando o valor estimado da contratação pretendida e conforme Documento de Formalização de Demanda e Termo de Referência constantes dos autos, **AUTORIZO** a abertura da contratação por **DISPENSA DE LICITAÇÃO COM DISPUTA ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, a ser realizado por intermédio do sistema **COMPRAS.GOV**, nos seguintes termos:

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação em questão se faz necessária para a contratação de dieta especial com a finalidade de atender necessidades nutricionais específicas devidamente indicadas, assegurando condições adequadas de saúde, segurança alimentar e permanência nas atividades institucionais. A medida visa garantir atendimento individualizado, prevenindo riscos decorrentes de restrições alimentares, intolerâncias, alergias ou outras condições que exijam acompanhamento específico, em observância aos princípios da dignidade, da inclusão e da equidade no acesso aos serviços públicos.

A presente contratação tem por objeto o fornecimento de dietas especiais destinadas ao atendimento de necessidades nutricionais específicas, devidamente indicadas por prescrição ou orientação profissional, no âmbito das unidades e atividades vinculadas à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

A contratação justifica-se pela necessidade de assegurar condições adequadas de alimentação a indivíduos que apresentam restrições alimentares específicas, decorrentes de condições de saúde, intolerâncias, alergias, distúrbios metabólicos ou outras situações que demandem controle nutricional diferenciado. Nessas circunstâncias, o atendimento por meio de dietas especiais constitui medida indispensável para garantir a segurança alimentar e evitar riscos à saúde dos beneficiários.

A disponibilização de alimentação adequada às necessidades nutricionais específicas é elemento essencial

para assegurar a participação plena e segura nas atividades institucionais, especialmente em contextos educacionais ou eventos promovidos pela Administração Pública, nos quais os participantes permanecem por períodos prolongados e dependem do fornecimento de alimentação durante a realização das atividades programadas.

Além disso, o atendimento individualizado por meio de dietas especiais contribui para a prevenção de intercorrências de saúde decorrentes da ingestão de alimentos incompatíveis com as condições clínicas dos usuários, tais como reações alérgicas, intolerâncias alimentares, descompensações metabólicas ou outros agravos que possam comprometer o bem-estar e a integridade física dos participantes.

Sob a perspectiva institucional, a adoção de medidas que assegurem a oferta de alimentação adequada também reflete o compromisso da Administração Pública com os princípios da dignidade da pessoa humana, da inclusão e da equidade no acesso aos serviços públicos, garantindo que pessoas com necessidades alimentares específicas possam participar das atividades em condições de igualdade e segurança.

A iniciativa encontra respaldo nas diretrizes que orientam as políticas públicas de educação e assistência alimentar, que reconhecem a importância da adoção de medidas voltadas à promoção da saúde, à segurança alimentar e nutricional e à inclusão de indivíduos com necessidades específicas no ambiente educacional e institucional.

Dessa forma, a contratação pretendida visa garantir a oferta de dietas especiais de forma segura e adequada, assegurando condições compatíveis com as necessidades nutricionais dos beneficiários, prevenindo riscos à saúde e promovendo a participação plena nas atividades institucionais desenvolvidas no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Tal como descrito nos autos, a aquisição de material de consumo compreendendo gêneros alimentícios para dieta especial enquadra-se como “**bem comum**”, para os fins artigo 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que seus “(...) *padrões de desempenho e qualidade*” são aptos a serem “(...) *objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado*”.

4. AS EXIGÊNCIAS DA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o fornecedor comprovar os requisitos indicados no Termo de Referência, anexo do Aviso de Contratação Direta.

As exigências de habilitação, justificam-se por serem indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, estando em consonância com o disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, bem como com o Capítulo VI da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

a) Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

b) A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>.

c) As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

d) O Contratante poderá descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente lhe forem aplicadas por descumprimento de obrigações estabelecidas no Edital, seus anexos ou no termo de contrato.

e) A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao

longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 67.301/2022, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

6. ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

O critério de aceitabilidade dos preços será aferido a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pela Administração.

a) Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.

7. REDUÇÃO MÍNIMA ENTRE OS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 0,23 (vinte e três centavos) para o item 1, R\$ 0,35 (trinta e cinco centavos) para o item 2, R\$ 0,26 (vinte e seis centavos) para o item 3, R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) para o item 4, R\$ 1,22 (um real e vinte e dois centavos) para o item 5, R\$ 0,85 (oitenta e cinco centavos) para o item 6, R\$ 0,44 (quarenta e quatro centavos) para o item 7, R\$ 0,64 (sessenta e quatro centavos) para o item 8, R\$ 0,31 (trinta e um centavos) para o item 9.

8. SUBCONTRATAÇÃO

O contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

9. GARANTIA

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

10. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

APROVO o Termo de Referência constante no doc. SEI nº 015.00569204/2026-30, no qual se apresenta todas as especificações técnicas inerentes ao objeto, nos termos da Lei federal nº 14.133/2021.

ATESTO que o Termo de Referência está alinhado com o Plano de Contratação Anual, já em relação ao Plano de Logística Sustentável e demais instrumentos de planejamento da Administração, a contratada deverá observar o disposto no Decreto Estadual nº 53.336/2008, que institui o Programa Estadual de Contratações Públicas Sustentáveis e outras práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente e segurança, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.

Ademais, declaro e atesto que o servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência cumpre os requisitos previstos nos artigos 3º, 4º e 5º do Decreto Estadual nº 68.220/2023 e do artigo 7º, incisos I, II e III e art. 9º da Lei federal nº 14.133/2021.

Ressalta-se ainda que os responsáveis pela elaboração do Termo de Referência atendem a definição do artigo 2º do Decreto nº 68.185/2023.

11. PAGAMENTOS

Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias, contados da apresentação de cada nota fiscal/fatura à CONTRATANTE ou de sua reapresentação, em caso de incorreções.

12. ATENDIMENTO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

DECLARO a Responsabilidade Fiscal, com fulcro no inciso I e II, do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, haja vista que a presente despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

DESIGNO, como Agente de Contratação, o servidor: Solange Izidorio dos Santos Bidinotto CPF: 310.542.128-99.

JUSTIFICA-SE a não apresentação de Parecer Técnico tendo em vista que o objeto é singelo e comum, sem maiores requisitos técnicos para sua contratação.

JUSTIFICA-SE que a formalização da contratação se dará por nota de empenho, pois o objeto é simples e de natureza comum, sem requisitos significativos e obrigações futuras para sua contratação.

Feitas essas considerações e devidamente **AUTORIZADA** a contratação, restituo os autos para publicação do Aviso de Contratação e demais providências.

Americana, 10 de setembro de 2026

Haroldo Ramos Teixeira

Coordenador – Dirigente Regional de Ensino

sei!
assinatura
eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Haroldo Ramos Teixeira, Coordenador - Dirigente Regional de Ensino**, em 11/09/2026, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador 0120171385 e o código CRC 383423CD.